

Walber de Moura Agra

Walber de Moura Agra

Manual Prático de Direito Eleitoral



2ª edição

MANUAL PRÁTICO DE DIREITO ELEITORAL

2ª edição

Área específica
DIREITO ELEITORAL.

Áreas afins
DIREITO PÚBLICO, DIREITO CONSTITUCIONAL,
DIREITO ELEITORAL.

Público-alvo/consumidores
PARA TODOS OS OPERADORES JURÍDICOS
QUE IRÃO TRABALHAR NAS ELEIÇÕES.

O objetivo deste *Manual Prático de Direito Eleitoral* é fornecer a todos os operadores jurídicos, que de alguma forma se interessam pela seara eleitoralista, elementos imprescindíveis para desvendar as suas fases, começando da estruturação dos órgãos da Justiça até os recursos eleitorais. Sem se descuidar do fornecimento de uma boa teoria, o enfoque ocorre baseando-se em casos práticos, com exemplos pululantes, para que os leitores saibam qual o posicionamento das instâncias eleitorais, principalmente do Tribunal Regional Eleitoral.

Mesmo sabendo da importância da jurisprudência, não se parte de superdimensionamento dessa fonte do Direito. Ao contrário, a gênese deve ser o estudo da teórica, que pode fornecer aos estudiosos uma visão sistêmica, para que, partindo-se das premissas básicas, possa-se demonstrar quando as decisões judiciais originam-se de silogismos viciosos

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm

CÓDIGO: 10001381

A277m Agra, Walber de Moura

Manual prático de direito eleitoral / Walber de Moura Agra. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

330 p.

ISBN 978-85-450-0490-5

1. Direito eleitoral. 2. Direito público. 3. Direito constitucional. I. Título.

CDD: 342.07

CDU: 342.8

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

AGRA, Walber de Moura. *Manual prático de direito eleitoral*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 330 p. ISBN 978-85-450-0490-5.

Walber de Moura Agra é Mestre pela UFPE. Doutor pela UFPE e pela Università Degli Studio Di Firenze. Pós-Doutor pela Université Montesquieu Bordeaux. Professor da Universidade Federal do Estado de Pernambuco. Professor Visitante da Università degli Studio di Lecce. Membro do Conselho Científico do Doutorado de Universidade de Lecce. Visiting Research Scholar of Cardozo Law School. Diretor do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais – IBEC IV. Membro Correspondente do Cerdradi – Centre d'Études et de Recherches sur les Droits Africains et sur le Développement Institutionnel des Pays en Développement. Procurador do estado de Pernambuco. Ex-Membro da Comissão de Defesa da República e da Democracia do Conselho Federal da OAB. Ex-Vice-Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral. Membro da Comissão de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da OAB. Advogado.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	
JUSTIÇA ELEITORAL.....	11
1.1 Órgãos da Justiça Eleitoral	11
1.2 Competências dos órgãos da Justiça Eleitoral.....	16
1.2.1 Competência do Tribunal Superior Eleitoral	16
1.2.2 Competência do Tribunal Regional Eleitoral	19
1.2.3 Competência dos Juízes Eleitorais	22
1.3 Funções da Justiça Eleitoral	24
1.4 Divisão territorial.....	29
1.5 Funcionamento da Justiça Eleitoral nas eleições municipais	30
1.5.1 Poder de polícia	31
1.5.2 Julgamento das ações e recursos	33
1.6 Ministério Público Eleitoral	35
1.7 Procurador-Geral Eleitoral, Procuradores Regionais Eleitorais e Promotor Eleitoral.....	37
1.7.1 Procurador-Geral Eleitoral.....	39
1.7.2 Procuradores Regionais Eleitorais	41
1.7.3 Promotor Eleitoral	42
CAPÍTULO 2	
ELEGIBILIDADE	45
2.1 Condições de elegibilidade	47
2.1.1 Nacionalidade brasileira.....	47
2.1.2 O pleno exercício dos direitos políticos.....	48
2.1.2.1 Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.....	49
2.1.2.2 Incapacidade civil absoluta.....	50
2.1.2.3 Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos	52
2.1.2.4 Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa	53
2.1.2.5 Improbidade administrativa, nos termos do art. 37, §4º.....	53
2.1.3 Alistamento eleitoral	54
2.1.4 Domicílio eleitoral na circunscrição.....	55
2.1.5 Filiação partidária.....	56
2.1.6 Idade mínima, dependendo do cargo a ser postulado	59
2.2 Causas de inelegibilidade.....	60
2.2.1 Inelegibilidades constitucionais	64
2.2.2 Inelegibilidades absolutas infraconstitucionais	72
2.2.3 Inelegibilidades relativas infraconstitucionais.....	79
2.2.4 Forma de contagem do prazo das inelegibilidades.....	84
2.2.5 Marco temporal modificativo do <i>status</i> da elegibilidade e das causas de inelegibilidade.....	85
2.3 Requisitos de registrabilidade	86
CAPÍTULO 3	
AGREMIÇÃO POLÍTICA.....	93
3.1 Criação de partidos políticos	93
3.2 Funcionamento dos partidos políticos	95
3.3 Regras específicas do período eleitoral	97
3.4 Fidelidade partidária.....	99
CAPÍTULO 4	
CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS.....	105
CAPÍTULO 5	
COLIGAÇÃO PARTIDÁRIA	111

CAPÍTULO 6	
REGISTRO E AIRC (AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATO).....	117
6.1 Pedido de registro de candidatura.....	117
6.2 Unicidade de registro de candidatos.....	121
6.3 Procedimento do pedido de registro.....	122
6.4 Impugnação a pedido de registro de candidatura.....	133
CAPÍTULO 7	
PROPAGANDA POLÍTICA.....	149
7.1 Espécies de propaganda política.....	150
7.1.1 Propaganda partidária.....	150
7.1.2 Propaganda intrapartidária.....	150
7.1.3 Propaganda institucional.....	152
7.1.4 Propaganda eleitoral.....	154
7.1.4.1 Propaganda eleitoral antecipada.....	158
7.1.4.2 Propaganda eleitoral irregular.....	165
7.2 Propaganda eleitoral no período legal.....	168
7.2.1 No rádio e na televisão.....	174
7.2.2 Na imprensa escrita.....	175
7.2.3 No horário eleitoral gratuito.....	176
7.2.4 Na internet.....	177
7.3 Horário da propaganda gratuita.....	181
7.4 Debates.....	183
7.5 Fiscalização da propaganda e representações por propaganda irregular.....	187
7.6 Direito de resposta.....	190
CAPÍTULO 8	
PESQUISAS E TESTES.....	197
8.1 Registro das pesquisas eleitorais.....	199
8.2 Divulgação dos resultados da pesquisa.....	201
8.3 Impugnações.....	202
8.4 Penalidades.....	203
CAPÍTULO 9	
FINANCIAMENTO E GASTOS DE CAMPANHA ELEITORAL.....	205
9.1 Financiamento de campanha eleitoral.....	205
9.1.1 Financiamento público.....	206
9.1.2 Financiamento privado.....	208
9.2 Gastos eleitorais.....	211
9.3 Prestação de contas.....	215
CAPÍTULO 10	
IMPEDIMENTOS LEGAIS: ABUSO DE PODER, CONDUTAS VEDADAS E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	221
10.1 Abuso de poder.....	221
10.1.1 Abuso de poder econômico.....	222
10.1.2 Abuso de poder político.....	224
10.1.3 Abuso de poder por uso indevido dos veículos e dos meios de comunicação.....	226
10.1.4 Captação ilícita de sufrágio.....	228
10.1.5 Ilicitude de gastos e arrecadação de recursos.....	231
10.1.6 Corrupção e caixa dois.....	234
10.1.7 Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais.....	235
10.1.7.1 Tipos de condutas vedadas de forma genérica.....	237
10.1.7.2 Proibição de contratação ou demissão.....	242
10.1.7.3 Tipos de condutas vedadas em período eleitoral.....	244
10.1.7.4 Sanções legais.....	249

10.2	Improbidade administrativa	250
CAPÍTULO 11		
AÇÕES ELEITORAIS		257
11.1	Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE)	261
11.1.1	Causas	265
11.1.2	Procedimento	269
11.1.3	Rito prático da AIJE.....	271
11.2	Ação de impugnação de mandato eletivo.....	272
11.2.1	Procedimento	277
11.2.2	Rito prático da AIME	279
11.3	Mandado de segurança, <i>habeas data</i> e mandado de injunção	280
11.4	<i>Habeas corpus</i>	285
11.5	Tutelas provisórias no processo eleitoral	288
11.6	Ação rescisória	291
CAPÍTULO 12		
RECURSOS		295
12.1	Recurso eleitoral inominado	298
12.1.1	Procedimento	300
12.2	Recurso ordinário	302
12.3	Recurso contra expedição de diploma (RCED).....	308
12.3.1	Cabimento.....	310
12.3.2	Rito.....	312
12.4	Recurso especial.....	314
12.5	Recurso extraordinário	317
12.6	Agravo de instrumento.....	319
12.7	Agravo (da decisão que denega subida de recurso especial ou recurso extraordinário)	320
12.8	Agravo interno	321
12.9	Embargos de declaração.....	322
REFERÊNCIAS.....		325